

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A presente Proposição objetiva conceder o Prêmio de Cidadania e Direitos Humanos Herbert de Souza, nas modalidades personalidade, entidade e empresa, nos termos da Resolução nº 1.362, de 15 de dezembro de 1997, à Senhora Enid Diva Marx Backes, à União das Associações de Moradores de Porto Alegre (U-AMPA) e à Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), respectivamente.

### MODALIDADE PERSONALIDADE – SRA. ENID DIVA MARX BACKES – SOCIÓLOGA E FEMINISTA

A gaúcha e socióloga Enid Diva Marx Backes, natural de Santa Cruz do Sul, nasceu aos 21 dias do mês de maio de 1931, foi militante do Movimento Estudantil, do Movimento Feminino pela Anistia e de movimentos populares. Foi Coordenadora do Fórum Municipal da Mulher de Porto Alegre e atuou também na luta sindical. Participou ativamente da fundação da Coordenadoria da Mulher no Rio Grande do Sul, sendo sua primeira coordenadora estadual. Atualmente, é integrante da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Também presta consultoria e palestras a convite de inúmeras entidades que lutam pelos Direitos Humanos e em defesa dos direitos da mulher. Suas principais linhas de atuação:

Movimentos Políticos e Sociais: Movimento Feminino pela Anistia, Movimento Gaúcho pela Constituinte, Movimento contra a Carestia, Movimento em defesa dos Jardins e Parques, Associações Comunitárias e Amigos de Bairro (FRACAB), como coordenadora do Dep. de Educação.

Movimento de Direitos Humanos: colaborou decisivamente na criação, no Rio Grande do Sul, da primeira Comissão de Direitos Humanos de uma Assembleia Legislativa de um Estado brasileiro, presidida pelo Dep. Antenor Ferrari. Teve participação efetiva na atuação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos na gestão do Senhor Jair Krischke. Abrigou exilados uruguaios e argentinos que retornavam, via Brasil, aos seus países. Representou a Prefeitura de Porto Alegre na Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, em 1993.

Pesquisa: fez parte da equipe do DIEESE que realizou a primeira pesquisa sobre o consumo e preços da cesta básica.

Sindical: diretora em várias gestões da Associação Gaúcha dos Sociólogos, Secretária Executiva da Intersindical-RS, precursora da CUT-RS, da qual foi Secretária de Política Sindical.

Executiva Municipal POA: Assessora Especial de Políticas Públicas para a Mulher, participando da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, China, em 1995.

Entidades em defesa dos direitos da mulher: Coordenadora de políticas do trabalho da mulher no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – RS, Fórum Municipal da Mulher – POA.

#### MODALIDADE ENTIDADE – UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE PORTO ALEGRE (UAMPA)

A União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA) foi fundada em 1983, com forte participação de lideranças comunitárias, de dirigentes das associações de moradores e do movimento comunitário organizado em defesa da questão da moradia popular, da reforma urbana, das questões do Orçamento Participativo, da Saúde, da Educação, da Assistência Social, dos Transportes, da Mobilidade Urbana, do Saneamento Ambiental, dos Direitos Humanos, da Cultura, do Meio Ambiente e de outras. Tem sua sede nos Altos do Mercado Público, no Centro de Porto Alegre, e é filiada à Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) desde 1983.

Nos primeiros anos da década de 80, em Porto Alegre, iniciou-se um processo gradual de fortalecimento das entidades representativas de bairros. Estas, com o passar dos anos, formaram espécies de coalizões, que reuniam associações da mesma zona urbana ou de bairros diversos. Destas, destacamos a União das Vilas da Grande Cruzeiro, oriunda de uma área densamente povoada do Centro da Cidade. O ápice desse movimento de fortalecimento das lideranças comunitárias foi, sem dúvida, a fundação da UAMPA, formada sob a influência partidária do PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PT (Partido dos Trabalhadores).

No ano de 1989, como força ascendente na política gaúcha, o PT chega à Prefeitura com Olívio Dutra, apoiado pelas associações comunitárias. Para a decepção de muitos, as promessas de investimentos e participação popular não se concretizaram imediatamente. Já, em 1990, com a situação fiscal e administrativa do Município estabilizada, houve uma série de reuniões e debates entre a Prefeitura e os líderes comunitários, uma espécie de embrião do Orçamento Participativo. Note-se que traço decisivo foi a pressão popular em torno do projeto. Assim, prospera o Orçamento Participativo como uma ferramenta de decisão e de controle, e como projeto político de democracia participativa das forças populares do Município.

Exibimos, a seguir, a tese apresentada para o Congresso pelo atual Presidente da UAMPA, Senhor Wilson Valério Lopes, que mostra a organização do movimento comunitário em Porto Alegre, suas lutas e concepções.

*Tese para o Congresso da UAMPA  
'Todo o poder emana do povo  
e por ele será exercido.'*

*O movimento comunitário de Porto Alegre já produziu inúmeras experiências afirmativas, que são difundidas pelo país e pelo mundo. A redemocratização do município e a participação na redemocratização do país, a produção de políticas públicas e construção de mecanismos de controle social são lutas importantes que destacam o protagonismo da população de Porto Alegre. A UAMPA tem parcela de responsabilidade considerável nesse processo de construção da cidade e da cidadania, em várias áreas como a da Saúde, da Educação, da Assistência Social, da Habitação, dos Transportes, da Mobilidade Urbana, do Saneamento Ambiental, dos Direitos Humanos, da Cultura, do Meio Ambiente, etc.*

*A participação cidadã, impulsionada também pela UAMPA, desde a sua fundação, em 1983, foi garantidora de processos de inegável importância, que transformaram novos indivíduos em sujeitos e protagonistas das suas próprias histórias e construtores de uma cidade com mais qualidade de vida. Já no seu primeiro Congresso, em 1984, a UAMPA defendia a participação da população na definição do orçamento da Prefeitura, proposta inscrita na Lei Orgânica do Município, aprovada em 1988 e de cuja elaboração participou. A participação da UAMPA das conferências temáticas realizadas nos três níveis de governo – municipal, estadual e federal – revela essa compreensão da importância da participação popular como garantia de eficiência e transparência na administração pública, combatendo a corrupção e invertendo as prioridades em benefício da população mais necessitada da cidade.*

*Evidentemente que muito ainda há por fazer. Brutais desigualdades sociais persistem. O desemprego, a insegurança, a falta de moradia, de saúde, de escolas infantis desafiam a todos e a todas nós para continuarmos a nossa luta e de forma cada vez mais ousada, criativa, unificada e articulada com um vigoroso movimento social que aponte na perspectiva de uma nova sociedade, sem exploração e sem opressão. Essa foi uma forte razão para a UAMPA se engajar no Fórum Social Mundial, por Um Outro Mundo Possível.*

*A ausência da FRACAB, articulando o trabalho nas regiões e todo estado, e assim qualificando o trabalho de cada União e de cada Associação de Moradores, sob todos os aspectos foi muito negativa. O resgate de nossa Federação para*

*fazer dela novamente uma ferramenta de mobilização e de organização da população é uma das tarefas importantes em que a UAMPA deve se engajar decididamente.*

*Mais, a luta política travada no país, nos últimos anos, demonstra que é necessário a existência de um movimento comunitário vigoroso que questione, opine, tencione e não perca de vista a importância da sua autonomia diante de qualquer governo. Essa clareza da luta certamente provocará reflexos diretos na vida das comunidades. Assim sendo, é necessário um movimento capaz de alavancar de forma mais racional, com um forte e permanente trabalho de base, a luta por políticas públicas substantivas efetivamente garantidoras de mais qualidade de vida das pessoas.*

*Várias lutas já se traduziram em leis e projetos (Estatuto da Cidade, Fundo Nacional de Moradia, usucapião urbano especial, o direito à participação...), muitos deles ainda não em realidade prática. Muitas vezes, inclusive, espaços de participação popular nos governos acabavam represando todo um potencial de mobilização popular na medida em que escondiam os reais conflitos entre interesses em jogo na disputa pela apropriação da cidade. Quantas vezes, o movimento não se torna um simples colaborador do Poder Público, substituindo ações que seriam dos governos em vez do movimento ser o responsável pela definição das políticas públicas e seu fiscalizador, uma vez que se trata de dinheiro público. Mais do que discutir formas de colaboração entre os movimentos e o poder público, é necessário debater que Estado nós precisamos, quem o financia, quais as prioridades de aplicação dos seus recursos.*

*A luta comunitária, em Porto Alegre, tem uma longa tradição de participação e, na proposição de vários conselhos institucionais neste período de 23 de anos de democracia no Brasil, foi de fundamental importância sua articulação, provando que em momento algum outras práticas não inviabilizaram o movimento comunitário.*

*O conjunto do movimento comunitário de Porto Alegre, portanto, jogou e joga um papel decisivo na defesa da democracia e da participação na construção de uma sociedade capaz de solucionar seus problemas. E isto não acontecerá sem muita organização e mobilização, muito trabalho de base, muita formação política.*

*Sobre esta história, com seus limites, mas, com certeza, com muitos méritos, devemos formular os desafios para a próxima gestão da UAMPA.*

*Propomos:*

- 1) A luta por cada vez maior autonomia;*
- 2) A luta sem trégua contra a corrupção;*

3) *Cada vez maior participação da entidade nos Fóruns e Conselhos Institucionais, sem descuidar a permanente organização de base, chave para conquistas mais profundas e mais duradouras;*

4) *A luta pelo barateamento das tarifas do transporte coletivo, sem que se perca qualidade, e a criação de um fórum permanente de discussão sobre o tema;*

5) *O compromisso da próxima gestão de viabilizar cursos de formação comunitária, voltada para o fortalecimento da entidade;*

6) *O compromisso em defesa do SUS, como direito universal dos cidadãos;*

7) *A luta pela criação de um grupo que se dedique a elaborar e a organizar a luta pela diminuição da violência nas comunidades;*

8) *Luta pelo fortalecimento da Conam, como entidade que representa o movimento comunitário no cenário nacional;*

9) *Luta pela retomada da FRACAB de lutas e combativa, como instrumento estadual de luta.*

Segundo o Senhor Pedro Dias, Vice-Presidente da UAMPA, em manifestação na Tribuna Popular da Câmara Municipal de Porto Alegre, no dia 29 de junho de 2006, defendeu a ampliação das políticas de inclusão social e o empenho dos legislativos do País na votação de recursos para as áreas da educação, saúde, habitação, geração de trabalho e renda.

Dias informou que a UAMPA passou a integrar o Conselho das Cidades e, juntamente com diversas entidades sindicais e do movimento comunitário, está engajada na luta por investimentos em programas sociais. O Vice-Presidente da UAMPA lembrou que 2006 foi um ano muito importante, pois foram eleitos novos gestores públicos. Afirmou que “Queremos mais soberania e democracia, mais verbas para o social” e que “Um país como o Brasil só será capaz de se desenvolver se houver atenção a áreas como educação.”

#### MODALIDADE EMPRESA – COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA (CGTEE)

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) foi constituída em julho de 1997. Em novembro de 1998, seu controle acionário foi transferido para a União. Posteriormente, em 31 de julho de 2000, a CGTEE tornou-se uma empresa do Grupo Eletrobrás.

A CGTEE possui os direitos de exploração e produção de energia elétrica por meio de suas usinas termelétricas instaladas no Estado do Rio Grande do Sul. São elas: Usina Termelétrica Presidente Médici (Candiota II) - 446 MW; Usina

Termelétrica São Jerônimo - 20 MW; e Nova Usina Termelétrica de Porto Alegre - Nutepa - 24 MW.

A fonte primária predominante para a geração de energia elétrica é o carvão mineral. A abundância desse energético no Estado do Rio Grande do Sul confere à CGTEE uma significativa vantagem comparativa.

A CGTEE tem como missão “consolidar e expandir a geração térmica de energia elétrica com confiabilidade, competitividade, e responsabilidade social e ambiental, promovendo o desenvolvimento”.

#### Projetos Desenvolvidos na Área de Responsabilidade Social:

1 – Projeto de Utilização de Energia Elétrica na Pesca Artesanal do Camarão – Associação de Pescadores da Vila São Miguel (Apesmi e CGTEE), desenvolvido na área de segurança ambiental e geração de renda no Município de Rio Grande/RS/Vila São Miguel.

2 – Projeto de Ampliação da Associação dos Recicladores e Catadores de Esteio e CGTEE, desenvolvido na área de geração de trabalho e renda no Município de Esteio/RS.

3 – Projeto de Expansão Logística de Produção – Associação dos Trabalhadores da Unidade de Tratamento do Hospital São Pedro (ATUT e CGTEE), desenvolvido na geração de trabalho e renda no Município de Porto Alegre/RS.

4 – Curso de Capacitação em Cerâmica – Associação Atlética da CGTEE com o Clube de Mães da Vila Residencial, desenvolvido na área da cultura e geração de renda no Município de Candiota/RS.

5 – Projeto de Bem-Estar Social – Saúde e Conforto – Sociedade Porto-Alegrense de Auxílio aos Necessitados (SPAAN), desenvolvido na área de saúde e atenção ao idoso no Município de Porto Alegre/RS.

6 – Programa Integrado de Inclusão Social – Prefeitura Municipal de Esteio, desenvolvido na área de inclusão social, geração de trabalho e renda no Município de Esteio/RS.

7 – Patrocínio para a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (A-CERGS), desenvolvido na área da promoção de esporte e lazer no Município de Porto Alegre/RS.

8 – Projeto de Canoagem na Escola – Prefeituras Municipais de São Leopoldo, Santa Maria, Candiota e Porto Alegre/RS, desenvolvido na área de inclusão social mediante a prática de esporte.

9 – Projeto Xadrez nas Escolas – ONG embrião, desenvolvido na área de Educação no Município de Alvorada/RS.

10 – Projeto Quintais de Frutas Orgânica – Embrapa, Fapeg e CGTEE, desenvolvido na área de segurança alimentar e renovação ambiental nos Municípios de Hulha Negra, Candiota, Pelotas, Aceguá, Porto Alegre, Santana do Livramento, Bagé, Dom Pedrito, Pedras Altas, Pinheiro Machado, Piratini, Canguçu, Capão do Leão, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Encruzilhada do Sul, Palmeira das Missões, Frederico Westphalen, Bituruna (PR), São Mateus (PR), Rivera (Uruguai).

11 – Projeto Tijolo Cinza-Cal – FAURG, FURG, CMCC e CGTEE, desenvolvido na área da moradia popular e preservação ambiental no Município de Rio Grande/RS.

12 – Projeto de Auto-Sustentação e Produção Agroecológica do Quilombo dos Alpes – Organização de Mulheres Negras/Maria Mulher, desenvolvido na área de atuação dos remanescentes de quilombolas nos quilombos do Município de Porto Alegre/RS.

#### Projetos Desenvolvidos na Área Ambiental:

1 – Tratamento de Resíduos Sólidos com Desenvolvimento Sustentável – a CGTEE, a Eletrobrás e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, por meio do Departamento Municipal de Limpeza Urbana, desenvolveram um projeto pioneiro no Brasil, o Ecoparque Porto Alegre. É um sistema de tratamento de resíduos com geração de composto para agricultura e geração térmica de energia a partir do biogás, um combustível proveniente da decomposição da matéria orgânica do lixo urbano e que já vem sendo utilizado com sucesso há mais de 10 anos na Europa. Alguns benefícios sociais e ambientais que o Ecoparque apresenta:

- Reaproveitamento de 690 toneladas/dia de lixo;
- Geração de biogás;
- Geração de energia limpa e sustentável com capacidade para abastecer 20 mil pessoas;

- Redução do uso de aterro sanitário;
- Redução das emissões de gases que comprometem o aquecimento global.

2 – Convênio entre CGTEE, Eletrobrás e FURG – Fundação Universidade de Rio Grande – para desenvolver estudos de viabilidade técnica visando à utilização de microalgas com o objetivo de redução da emissão de gás carbônico proveniente da geração termelétrica.

Pela diretriz estratégica de desenvolver projetos nas áreas ambiental e responsabilidade social, indicamos a CGTEE ao Prêmio Cidadania e Direitos Humanos Herbert de Souza.

Assim, acreditamos que, após a devida tramitação, restará aprovada esta Proposição pelos nobres Vereadores desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, 2 de janeiro de 2007.

**VEREADOR CARLOS COMASSETTO**



## PROJETO DE RESOLUÇÃO

**Concede o Prêmio de Cidadania e Direitos Humanos Herbert de Souza à Senhora Enid Diva Marx Backes, na modalidade personalidade, à União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA), na modalidade entidade, e à Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), na modalidade empresa.**

**Art. 1º** Fica concedido Prêmio de Cidadania e Direitos Humanos Herbert de Souza, nos termos da Resolução nº 1.362, de 15 dezembro de 1997, nas seguintes modalidades:

- I – personalidade: à Senhora Enid Diva Marx Backes;
- II – entidade: à União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA);
- III – empresa: à Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.